

## DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DE PROFESSORAS: ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE O CAMPO<sup>1</sup>

### *Eixo Temático16 – GÊNERO E PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE: DESAFIOS DO TEMPO PRESENTE*

Júlia Cecília de Oliveira Alves Ribeiro <sup>2</sup>  
Talamira Taita Rodrigues de Brito <sup>3</sup>

#### RESUMO

O presente trabalho aborda o desenvolvimento profissional de professoras, a feminização do magistério e as atuais condições de precarização do trabalho. A partir de uma análise documental e de uma revisão de literatura, e, tomando por lastro teorias de gênero baseadas nos estudos feministas, apresentamos uma discussão que nos permite inferir que a condição feminina na docência, em nossos dias, dentre outros motivos, em decorrência da pandemia de covid-19, é marcada pela desqualificação e precarização, ocasionando, muitas vezes, adoecimentos e descontinuidades em seu desenvolvimento profissional. Tal contexto demanda uma maior articulação das e dos docentes pela defesa de melhores condições de profissionalização a da docência como um espaço mais igualitário, justo e valorizado.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Profissional Docente; Docência Feminina; Feminização do Magistério; Precarização do trabalho; Adoecimento de professoras.

#### Introdução

O desenvolvimento da carreira docente no Brasil assumiu marcas, ao longo da história, que permitem caracterizá-lo de forma inequívoca. Uma destas marcas é a feminização do magistério. Antes, porém, de falar desta característica, é preciso explicitar que a identidade docente, bem como sua profissionalidade e conseqüente desenvolvimento são construções sociais e históricas desenvolvidas por seus sujeitos. Para Cruz (2017), a identidade profissional se integra à identidade social, pois esta não é construída apenas pela socialização

---

<sup>1</sup> O texto trata-se um fragmento de reflexões iniciais de um estudo investigativo-teórico sobre os fundamentos e processos que geram o Desenvolvimento Profissional Docente como campo de estudo, tendo, dentre os subsídios, as teorias feministas para a análise do gênero feminino como maior integrante na composição da docência na Educação Básica.

<sup>2</sup> Doutoranda em Educação Científica e Formação de Professores, na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, [juliaailicec@hotmail.com](mailto:juliaailicec@hotmail.com);

<sup>3</sup> Pós-Doutora em Educação. UFU. Uberlândia, Minas Gerais, Brasil, [taitadoc@gmail.com](mailto:taitadoc@gmail.com).

com seus pares no exercício da profissão, mas inicia-se muito antes, em seus grupos primários, como família e escola, nos quais são elaboradas representações sobre a profissão de professores. A construção da identidade profissional, na visão de Dubar (1997), apresenta um caráter dinâmico porque esta se processa numa transação interna ao indivíduo e outra externa, relacionada às instituições das quais faz parte. Assim, a identidade individual e a social tornam-se interdependentes e se articulam de forma complexa, através de experiências que constroem representações capazes de definir sua forma de estar no mundo e de exercer sua profissão.

Estas observações acerca da construção da identidade profissional dos professores, de sua profissionalidade e do seu desenvolvimento são importantes para justificar a adoção de uma análise que leve em conta os fatores históricos, sociais e culturais que estão imbricados na caracterização da profissão. A afirmação, por exemplo, de que a profissão docente é uma profissão feminilizada não pode se dar apenas com base na constatação de que as mulheres são maioria no exercício docente. É preciso compreender como se deu este processo, em que condições, quais significados são construídos por homens e mulheres para a profissão, bem como as implicações desta realidade.

Deste modo, as análises sobre a condição feminina na docência no presente estudo, estão ancoradas numa perspectiva de gênero que, como afirma Scott (1995), compreende os significados políticos e sociais, que são historicamente atribuídos aos sexos, evidenciando hierarquias e dissimetrias manifestas nas práticas sociais.

A partir de uma análise documental e de uma revisão de literatura, apresentamos uma discussão que nos permite inferir que a condição feminina na docência em nossos dias, dentre outros motivos, em decorrência da pandemia de covid-19, é marcada pela desqualificação e precarização do trabalho, ocasionando, muitas vezes, adoecimentos e descontinuidades em seu desenvolvimento profissional.

### **Docência: Desenvolvimento Profissional de Professoras**

O desenvolvimento profissional docente é um processo contínuo e colaborativo, que pode adotar diferentes formas, em diferentes contextos, sendo determinante para a construção da nossa identidade, de nosso *eu* profissional e que evolui no decorrer da carreira, sendo influenciado pela escola, pelas reformas e contextos políticos (MARCELO, 2009). Na esteira do contexto social e político brasileiro, a docência feminina tem início no final do século XIX, nos últimos anos do Império, atendendo à necessidade da expansão do ensino público



## VIII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Seminário Internacional  
Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Luso-Brasileiro Educação  
em Sexualidade, Gênero,  
Saúde e Sustentabilidade

primário (VIANNA, 2001). A tendência de crescimento das mulheres no magistério nos anos seguintes aumentou de tal modo que “o Censo Demográfico de 1920 indicava que 72,5% do professorado do ensino primário brasileiro compunha-se de mulheres e, no total de docentes, sem distinção de graus de ensino, elas somavam 65%” (VIANNA, 2001, p. 45).

Devido às transformações econômicas, políticas, demográficas, culturais e sociais, estes números progrediram por todo o século XX, chegando à porcentagem de 85,7% de mulheres em 1997, à época do primeiro Censo do Professor<sup>4</sup>, denotando uma maior participação das mulheres no mercado de trabalho e o caráter feminino da profissão.

Para explicar o processo de feminização da docência, Enguita (1991) aponta alguns motivos, dentre os quais: o ensino é uma atividade extra doméstica que o patriarcado aceitou como adequada para as mulheres; os baixos salários afastaram os homens da carreira; a crença de que as mulheres são mais conservadoras, menos ativas e mais dispostas a aceitar ordens permitiu uma maior aceitação das mulheres; e, sendo um setor onde homens e mulheres recebem salários equivalentes, as mulheres educadas apresentaram sua preferência por este.

Embora a feminização do magistério tenha tido início há mais de um século, a análise das relações de gênero na educação, principalmente na docência, só ganharam corpo a partir da década de 1980, ao se estudar os movimentos de mulheres ou sua participação em outros movimentos, como os estudantis, mesmo não tendo sido organizados por elas, entre as décadas de 1980 e 1990. A atuação mais firme das mulheres em tais movimentos, neste sentido, constituiu um dos pilares para que os estudos sobre as diferenças entre os sexos na docência, que abordavam em maior grau diferenças biológicas, dessem lugar aos estudos de gênero, que a partir dos indicativos fornecidos pelos estudos feministas, buscavam, para além desta diferença biológica, uma construção social e histórica das diferenças entre os sexos. Além disso, a própria categorização do termo mulher passou a ser questionada ao se levar em conta que não há um padrão único que consiga abarcar os significados do gênero sem problematizar os diferentes contextos sócio-históricos (HARAWAY, 2004) e as relações entre os gêneros e sua articulação com as classes, raças e gerações.

### Condição atual da docência feminina

---

<sup>4</sup> Em 1997, o Ministério da Educação realizou, pela primeira vez, em âmbito nacional, um levantamento que contou com mais de 90% da categoria. O censo visava contribuir com informações que orientassem o direcionamento das políticas públicas educacionais (VIANNA, 2001).

A atuação das mulheres na docência da educação básica, de acordo com dados do último levantamento do Inep<sup>5</sup>, em 2020, chega a 77,3%, tendo maior concentração na Educação Infantil, representando 96,4% de professoras. O coletivo feminino conseguiu avanços consideráveis em políticas públicas de valorização e profissionalização docente nas últimas décadas, no entanto, as condições de trabalho ainda as desfavoreceram devido às representações e papéis sociais desempenhados por estas em nossa sociedade e que ainda não foram alvo de políticas efetivas que considerassem tais fatores.

No mesmo sentido, há também condições de trabalho que refletem a precarização, a exemplo das contratações temporárias, que oferecem condições de trabalho extremamente diversas e até desumanizadoras, além do descumprimento das garantias que já estão asseguradas por lei para professores e professoras.

Tostes *et al.* (2018) ao estudar a associação entre precarização do trabalho e o sofrimento mental, observou que 44% dos docentes estudados apresentaram sintomas depressivos e 70% sintomas de ansiedade, sendo a prevalência de sofrimento mental maior entre as mulheres. A mesma pesquisa mostrou que 26% dos docentes que se afastaram do trabalharam o fizeram por sofrimento mental. Brasil *et al* (2016) afirmam que os sintomas de estresse acometem mais professoras do que professores. Corroborando com estas informações, Cardoso, Nunes e Moura (2019) revelam que a saúde dos professores tem sido afetada em decorrência das condições de trabalho e que as professoras são as que mais relatam adoecimento mental.

As amplas pesquisas dão conta de apresentar um contexto profissional que notadamente desfavorece o trabalho docente feminino e ignora a relação complexa existente entre suas condições sociais e suas condições de trabalho. Referindo-se aos casos de adoecimentos mentais em professoras e a relação entre a dinâmica do trabalho e os papéis exercidos fora dele, Moura (2020, p. 98) afirma que:

Há de se considerar os diversos papéis, funções e atribuições socioculturais impostas ao gênero feminino. As mulheres ainda vivem em um contexto machista, que delega cruelmente diversas e simultâneas responsabilidades. A elas cabe trabalhar fora de casa, exercendo papel de profissional; ao retornar da jornada de trabalho, essa professora se depara com atividades domésticas [...]. Existe ainda o papel materno, o cuidado com os filhos, que infelizmente em nossa cultura é vivenciado de forma mais intensa do que a paternidade [...]. Fora isso, existem as questões biológicas e hormonais que irão influenciar também o estado de humor e comportamento feminino, por conseguinte, poderão agravar sintomas de adoecimento mental.

<sup>5</sup>[download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/resumo\\_tecnico\\_censo\\_escolar\\_2020.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2020.pdf)

Todo este contexto extra-escolar contribui para que, no exercício do seu trabalho, as professoras já estejam desmotivadas para dedicarem-se ao seu desenvolvimento profissional, mas, os fatores inerentes ao próprio magistério também são desafiadores para estas profissionais. Segundo Oliveira (2017), alguns elementos comuns são relatados por professoras como determinantes em seu processo de adoecimento: “a escolha da profissão, as relações com seus pares, alunos e suas famílias, gestores, as imposições das condições do sistema educacional, muitas vezes contrárias à sua concepção de ensino e aprendizagem” (OLIVEIRA, 2017, p. 96). Somam-se a estes ainda, as situações de violência presenciadas no contexto escolar.

A partir de 2020, com o início da pandemia de covid-19, a necessidade de isolamento social como meio de prevenção do contágio e a conseqüente reorganização do trabalho pedagógico para o ensino remoto, o trabalho docente foi duramente atingido, acentuando as condições de precarização. Situações como falta de equipamentos adequados, formação insuficiente para lidar com recursos tecnológicos, ausência de experiência com ambientes virtuais, acréscimo das horas efetivamente dedicadas ao trabalho, responsabilização pela aprendizagem dos alunos são alguns dos condicionantes para ampliar ainda o adoecimento, principalmente das mulheres professoras que passaram a conviver com a dinâmica familiar e de trabalho no mesmo ambiente. Estudo realizado pelo Gestrado<sup>6</sup> (2020), com parceria da CNTE<sup>7</sup>, retratou a intensificação do trabalho durante a pandemia e o agravamento das diferenças de gênero presentes entre os docentes da Educação Básica.

Este cenário denota a necessidade de maiores estudos e luta coletiva que resultem em ações efetivas na promoção de melhores condições de trabalho e na diminuição das diferenças de gênero no contexto do fazer docente.

### **Considerações Finais**

O largo período desde o início da feminização da docência no Brasil ainda não foi suficiente para garantir igualdade entre os gêneros no que diz respeito às condições de trabalho e o desenvolvimento profissional. Embora haja movimentos e estudos que busquem evidenciar a necessidade na mudança de rumos, as professoras, que são maioria na docência da educação básica, ainda enfrentam situações desproporcionais de precarização do trabalho e adoecimento mental em decorrência deste e de sua associação com as demandas sociais.

<sup>6</sup> Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente/UFMG.

<sup>7</sup> Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

Tal contexto, incluindo o agravamento presenciado durante a pandemia de covid-19, demanda uma maior articulação das e dos docentes, num movimento coletivo, pela defesa de melhores condições de profissionalização e pela construção de uma divisão social e sexual do trabalho que contemple as especificidades do ser professora e tornem a docência um trabalho mais igualitário, justo e valorizado.

### Referências

- BRASIL, P. C. C; BATISTA, H.M; MELO, da S..K.A; IBIAPIA,P. L. F; BRILHANTE, M.V,A ; SILVA, da M. R. O contexto da docência e sua influência no sofrimento psíquico de professoras do ensino fundamental. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 29, n. 2, abr./jun., 2016, p. 180-188, Universidade de Fortaleza Fortaleza-CE. Disponível em: <<https://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/5174>>. Acessado em: 15 de set. de 2018.
- CARDOSO, J. da S.; NUNES, C. P.; MOURA, J. da S. Adoecimento docente: uma breve análise da saúde de professores do município de Medeiros Neto/BA. **Revista Teias**. Rio de Janeiro-RJ, v. 20, n. 57, p. 125-140, Abr./Jun. 2019. Disponível em: <<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/39552>>. Acessado em: 12 de jul. de 2019.
- CRUZ, S. P. da S. **Professor polivalente: profissionalidade docente em análise**. 1ª Ed., Curitiba: Appris, 2017.
- DUBAR, C. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. Tradução. Anette Pierrette R. Botelho e Estela Pinto R. Lamas. Portugal: Porto editora, 1997.
- ENGUITA, M. F. A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização. In: Teoria e Educação – Dossiê: interpretando o trabalho docente. Porto Alegre: **Pannonica Editora Ltda**, 1991, v. 4.
- GESTRADO. **Base de dados: trabalho docente em tempos de pandemia**. Belo Horizonte: UFMG, 2020.
- HARAWAY, D.. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 22, PP. 201-246, 2004.
- MARCELO, C. Desenvolvimento Profissional Docente: passado e futuro. **Sísifo. Revista de Ciências da Educação**, 2009, pp. 7-22.
- OLIVEIRA, R. G. de. **Processo de adoecimento: experiências vividas por professores no exercício profissional**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Nove de Julho. São Paulo – SP, 2017. Disponível em: <<https://bibliotecatede.uninove.br/handle/tede/1667>>. Acessado em: 29 de jul. de 2018.
- MOURA, J. da S. Transtornos mentais e comportamentais em professores e as implicações para a carreira docente. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Vitória da Conquista-BA,

SCOTT, J. W. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, 1995, v. 20, n. 2, p. 71-99.

TOSTES, M. V; ALBUQUERQUE, G. S. C. de; SILVA, M. J. S; PETTERLE, R. R. Sofrimento mental de professores do ensino público. **Revista Saúde debate**. Rio de Janeiro - RJ, V. 42, N. 116, P. 87-99, jan.-mar, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/sdeb/2018.v42n116/87-99>>. Acesso em: 25.07.2022.

VIANNA, C. P. O sexo e o gênero da docência. **Cadernos Pagu**, Desafios da equidade, v.17\_18, p. 81-103, 2001. Disponível em: <[https://ieg.ufsc.br/storage/articles/October2020//Pagu/2001\(17-18\)/Vianna.pdf](https://ieg.ufsc.br/storage/articles/October2020//Pagu/2001(17-18)/Vianna.pdf)>. Acesso em 28/7/2022.

VIANNA, C. P. **Estudos sobre gênero, sexualidade e políticas públicas de educação**: das ações coletivas aos planos e programas federais. Tese (Livre Docente. Área de Concentração: Gênero e Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011. 253 p. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/48/tde-20102016-162243/publico/ViannaClaudiaLD2011.pdf> Acesso em: 26.07.2022.